



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO

Assunto: Solicitando à Presidência da Câmara Municipal de Garça a realização de Audiência Pública para debater a parceria entre o SAAE e o programa "Universaliza SP".

Considerando as recentes notícias e discussões acerca da intenção da Administração Municipal em firmar uma parceria entre o SAAE (Serviço Autônomo de Águas e Esgoto) e o programa estadual "Universaliza SP";

Considerando que tal medida impacta diretamente a estrutura de uma das autarquias mais importantes do município, bem como a vida de seus servidores e a prestação de serviços essenciais de saneamento básico à população garcense;

Considerando que pairam diversas dúvidas sobre o modelo de gestão, a manutenção dos empregos dos funcionários concursados, os investimentos previstos e os possíveis reflexos nas tarifas de água e esgoto;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se à Excelentíssima Presidente da Câmara Municipal de Garça para que designe a realização de uma **Audiência Pública**, visando:

1. **Esclarecer** detalhadamente os termos da parceria proposta com o programa "Universaliza SP".
2. **Sanar dúvidas** de servidores, sindicatos e da sociedade civil organizada sobre o futuro da autarquia.
3. **Garantir a transparência** e o debate democrático antes de qualquer decisão definitiva que altere a natureza jurídica ou operacional do SAAE.





CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Sugere-se a convocação de representantes do Poder Executivo, da diretoria do SAAE, de técnicos do programa "Universaliza SP" e o convite a toda a comunidade para participar deste importante debate.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de assegurar que temas de alta relevância pública sejam amplamente discutidos nesta Casa de Leis, respeitando o direito à informação e a participação popular.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

ELAINE OLIVEIRA

Vereadora – PSD

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

